



**Processo nº** 10.019-6/2020 (169-4/2020, 59.406-7/2021, 50.549-8/2021, 170-8/2020, 50.007-0/2021 apensos)  
**Interessada** PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL  
**Assunto** Contas anuais de governo do exercício de 2020  
Leis nºs 889/2019 (LDO) e 888/2019 (LOA)  
**Relator** Conselheiro SÉRGIO RICARDO  
**Sessão de Julgamento** 28-4-2022 - Tribunal Pleno (Por Videoconferência)

### **PARECER PRÉVIO Nº 31/2022 – TP**

**Resumo:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2020. PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO. RECOMENDAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA QUE DETERMINE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS. DETERMINAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **10.019-6/2020 e apensos.**

A Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo, após análise dos autos do processo das contas anuais, elaborou o relatório preliminar de auditoria, relacionando **10** (dez) irregularidades.

A Secretaria de Controle Externo de Previdência também produziu relatório, apontando **5** (cinco) irregularidades.

Após a notificação do gestor, que apresentou suas justificativas, a equipe técnica manteve todas as irregularidades referentes a receita e governo e as afetas à previdência.

Pelo que consta dos autos, o município de Acorizal, no exercício de 2020, teve seu orçamento autorizado pela Lei Municipal nº 888/2019, que estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 20.316.000,00** (vinte milhões, trezentos e dezesseis mil reais).

A seguir, o resultado da execução orçamentária: Programas de Governo - Previsão e Execução - sob a ótica do cumprimento das metas previstas na LOA e da realização de programas de governo e dos orçamentos (metas financeiras).



| COD. PROG    | DESCRIÇÃO                                | PREVISÃO INICIAL (R\$) | PREVISÃO ATUALIZADA (R\$) | EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$) | % Exec/Prev  |
|--------------|------------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|--------------|
| 006          | APOIO A OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO     | 10.000,00              | 0,00                      | 0,00                       | 0,00         |
| 0017         | COVID-19                                 | 0,00                   | 480.349,00                | 98.731,93                  | 20,55        |
| 0005         | EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE             | 3.628.554,76           | 2.662.938,22              | 2.660.267,01               | 99,90        |
| 0009         | FORTELECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE - SUS | 3.563.457,36           | 2.823.848,95              | 2.816.975,36               | 99,75        |
| 0003         | GESTAO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA | 1.566.000,00           | 1.566.000,00              | 769.193,50                 | 49,11        |
| 0003         | GESTÃO DO PODER EXECUTIVO                | 0,00                   | 0,00                      | 0,00                       | 0,00         |
| 0002         | GESTÃO DO PODER EXECUTIVO                | 4.175.845,24           | 6.808.754,77              | 6.793.639,85               | 99,77        |
| 0012         | GESTÃO DO SUAS                           | 981.900,00             | 970.640,33                | 967.007,34                 | 99,62        |
| 0011         | HABITAÇÃO POPULAR                        | 10.000,00              | 0,00                      | 0,00                       | 0,00         |
| 0008         | INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER            | 89.100,00              | 109.240,56                | 91.239,89                  | 83,52        |
| 0016         | INCENTIVO AO ECO-TURISMO                 | 410.100,00             | 33.942,22                 | 33.942,22                  | 100,00       |
| 0013         | INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS       | 2.587.100,00           | 4.421.890,27              | 4.395.393,62               | 99,40        |
| 0010         | INVESTIMENTO NA REDE FISICA DE SAÚDE     | 80.000,00              | 0,00                      | 0,00                       | 0,00         |
| 0004         | OPERACOES ESPECIAIS                      | 705.660,00             | 424.788,18                | 424.788,18                 | 100,00       |
| 0014         | PLANO DE DESENVOLVIMENTO BÁSICO          | 590.000,00             | 110.857,74                | 109.356,26                 | 98,64        |
| 0001         | PROCESSO LEGISLATIVO                     | 890.000,00             | 936.387,12                | 933.317,35                 | 99,67        |
| 9999         | RESERVA DE CONTINGÊNCIA                  | 7.182,64               | 0,00                      | 0,00                       | 0,00         |
| 0015         | SANEAMENTO BÁSICO                        | 950.000,00             | 1.481.534,51              | 1.474.965,76               | 99,55        |
| 0007         | VALORIZAÇÃO DA CULTURA DE ACORIZAL       | 61.100,00              | 5.000,00                  | 4.994,64                   | 99,89        |
| <b>Total</b> |                                          | <b>20.316.000,00</b>   | <b>22.836.171,87</b>      | <b>21.573.812,91</b>       | <b>94,47</b> |

As receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas pelo Município, no exercício de 2020, inclusive intraorçamentárias, totalizaram o valor de **R\$ 20.416.940,11** (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e quarenta reais e onze centavos), conforme se observa do seguinte demonstrativo do resultado da arrecadação orçamentária, por subcategoria econômica da receita:

| ORIGEM                                                | Previsão Atualizada R\$ | Valor Arrecadado R\$ | % da arrec. s/prev |
|-------------------------------------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------|
| <b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>          | <b>23.886.471,76</b>    | <b>22.268.780,09</b> | <b>93,22</b>       |
| Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria | 1.722.600,00            | 1.590.561,11         | 92,33              |
| Receita de Contribuições                              | 827.300,00              | 445.568,25           | 53,85              |



|                                                        |                       |                       |              |
|--------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Receita Patrimonial                                    | 202.844,57            | 19.800,13             | 9,76         |
| Receita Agropecuária                                   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| Receita Industrial                                     | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| Receita de Serviços                                    | 150.000,00            | 118.086,22            | 78,72        |
| Transferências Correntes                               | 20.947.694,67         | 20.094.764,38         | 95,92        |
| Outras Receitas Correntes                              | 36.032,52             | 0,00                  | 0,00         |
| <b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>         | <b>250.000,00</b>     | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>  |
| Operações de Crédito                                   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| Alienação de Bens                                      | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| Amortização de Empréstimos                             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| Transferências de Capital                              | 250.000,00            | 0,00                  | 0,00         |
| Outras Receitas de Capital                             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| <b>III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)</b>              | <b>24.136.471,76</b>  | <b>22.268.780,09</b>  | <b>92,26</b> |
| <b>IV - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>                        | <b>- 2.476.000,00</b> | <b>- 2.276.487,87</b> | <b>91,94</b> |
| Deduções para o FUNDEB                                 | - 2.476.000,00        | - 2.276.487,87        | 91,94        |
| Renúncias de Receita                                   | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| Outras Deduções                                        | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| <b>IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)</b> | <b>21.660.471,76</b>  | <b>19.992.292,22</b>  | <b>92,29</b> |
| V - Receita Corrente Intraorçamentária                 | 267.100,00            | 424.647,89            | 158,98       |
| VI - Receita de Capital Intraorçamentária              | 0,00                  | 0,00                  | 0,00         |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                     | <b>21.927.571,76</b>  | <b>20.416.940,11</b>  | <b>93,11</b> |

Comparando-se as receitas previstas com as receitas efetivamente arrecadadas, inclusive intraorçamentárias, verifica-se **insuficiência** na arrecadação no valor de **R\$ 1.510.631,65** (um milhão, quinhentos e dez mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos), correspondente a **6,89%** do valor previsto.

A receita tributária própria arrecadada foi de **R\$ 1.587.761,71** (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos).

| <b>Receita Tributária Própria</b> | <b>Valor Arrecadado R\$</b> |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| I - Impostos                      | 1.563.575,99                |
| IPTU                              | 8.007,11                    |
| IRRF                              | 0,00                        |
| ISSQN                             | 1.268.051,47                |
| ITBI                              | 287.517,41                  |



|                                            |                     |
|--------------------------------------------|---------------------|
| II - Taxas (Principal)                     | 20.648,77           |
| III - Contribuição de Melhoria (Principal) | 0,00                |
| IV - Multas e Juros de Mora (Principal)    | 1.340,92            |
| V - Dívida Ativa                           | 1.764,17            |
| VI - Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)   | 431,86              |
| <b>TOTAL</b>                               | <b>1.587.761,71</b> |

As despesas **empenhadas** pelo Município, no exercício de 2020, inclusive intraorçamentárias, totalizaram **R\$ 21.573.812,91** (vinte e um milhões, quinhentos e setenta mil, oitocentos e doze reais e noventa e um centavos).

Comparando-se as receitas arrecadadas (**R\$ 19.971.015,87**) com as despesas empenhadas (**R\$ 20.148.831,42**), ajustadas de acordo com a Resolução Normativa nº 43/2013/TCE-MT, constata-se um resultado de execução orçamentária **deficitário** de **R\$ 177.815,55** (cento e setenta e sete mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos), conforme fl. 8 do voto.

A dívida consolidada líquida, em 31-12-2020, foi de **R\$ 2.935.594,55** (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

| <b>Descrição</b>                                      | <b>Valor R\$</b>    |
|-------------------------------------------------------|---------------------|
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>                    | <b>2.935.594,55</b> |
| 1. Dívida Mobiliária                                  | 0,00                |
| 2. Dívida Contratual                                  | 2.745.169,86        |
| 2.1. Empréstimos                                      | 999,19              |
| 2.1.1. Internos                                       | 999,19              |
| 2.1.2. Externos                                       | 0,00                |
| 2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00                |
| 2.3. Financiamentos                                   | 142,89              |
| 2.3.1. Internos                                       | 142,89              |
| 2.3.2. Externos                                       | 0,00                |
| 2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas           | 2.744.027,78        |
| 2.4.1. De Tributos                                    | 0,00                |
| 2.4.2. De Contribuições Previdenciárias               | 2.744.027,78        |
| 2.4.3. De Demais Contribuições Sociais                | 0,00                |
| 2.4.4. Do FGTS                                        | 0,00                |



|                                                                            |                     |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 2.4.5. Com Instituição Não Financeira                                      | 0,00                |
| 2.5. Demais Dívidas Contratuais                                            | 0,00                |
| 3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos | 190.424,69          |
| 4. Outras Dívidas                                                          | 0,00                |
| <b>DEDUÇÕES (II)</b>                                                       | <b>0,00</b>         |
| 5. Disponibilidade de Caixa                                                | -69.242,24          |
| 5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta                                        | 1.000.743,34        |
| 5.2. (-) Restos a Pagar Processados                                        | 1.069.985,58        |
| 6. Demais Haveres                                                          | 0,00                |
| <b>DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)</b>                         | <b>2.935.594,55</b> |
| RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)                | 19.608.415,78       |
| % da DC sobre a RCL Ajustada                                               | 14,97               |
| % da DCL sobre a RCL Ajustada                                              | 14,97               |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>                    | 23.530.098,93       |
| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC                                       |                     |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000                                        | 4.071,00            |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)                 | 24.961,90           |
| PASSIVO ATUARIAL - RPPS                                                    | 11.240.432,70       |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA                                                   | 69.242,24           |
| DEPÓSITOS CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA                                   | 624.140,56          |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS                                             | 96.198,87           |
| ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO                                  | 0,00                |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP                                                   | 0,00                |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS                                         | 0,00                |

O Município **não garantiu** recursos para a quitação das obrigações financeiras de curto prazo do exercício ao final de 2020 (art. 1º, § 1º, da LRF), incluindo os restos a pagar processados e não processados, tendo apresentado **indisponibilidade** financeira no valor de **R\$ 1.621.512,69** (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e doze reais e sessenta e nove centavos) nas fontes de recursos números 00, 01, “18,19 e 31”, 02, “12, 14, 23, 26, 41, 42,44, 45, 46 e 47” e “16, 17, 24, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 82, 93 e 94”.

Com referência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município apresentou os seguintes resultados com despesas com pessoal:

**RCL: R\$ 19.608.415,78**



| <b>Pessoal</b> | <b>Valor no Exercício<br/>R\$</b> | <b>(%) RCL</b> | <b>(%) Limites<br/>Legais</b> | <b>Situação</b> |
|----------------|-----------------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------|
| Executivo      | 7.745.154,57                      | 39,49          | 54                            | Regular         |
| Legislativo    | 514.033,26                        | 2,62           | 6                             | Regular         |
| Município      | 8.259.187,33                      | 42,11          | 60                            | Regular         |

A despesa total com pessoal do Executivo Municipal foi equivalente a **39,49%** do total da Receita Corrente Líquida, **não ultrapassando** o limite de **54%** fixado na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Com referência aos limites constitucionais, constataram-se os seguintes resultados:

**Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

| <b>Receita Base - R\$</b> | <b>Valor aplicado R\$</b> | <b>(%) da aplicação<br/>sobre receita base</b> | <b>(%) Limite<br/>mínimo sobre<br/>receita base</b> | <b>Situação</b> |
|---------------------------|---------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-----------------|
| 13.612.284,27             | 3.555.779,84              | 26,12                                          | 25                                                  | Regular         |

O Município aplicou, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o equivalente a **26,12 %** do total da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente das transferências estadual e federal, **atendendo** ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal (CF).

**Fundeb**

| <b>Receita Fundeb<br/>(incluindo rendimentos<br/>de aplicação financeira)<br/>R\$</b> | <b>Valor aplicado R\$</b> | <b>(%) Aplicado</b> | <b>(%) Limite<br/>mínimo</b> | <b>Situação</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------|------------------------------|-----------------|
| 2.157.562,23                                                                          | 962.827,17                | 44,62               | 60                           | Irregular       |

O Município aplicou, na valorização e remuneração do magistério da Educação Básica Pública, o equivalente a **44,62%** da receita base do Fundeb, **não atendendo** ao disposto nos artigos 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF) e 22 da Lei nº 11.494/2007.

**Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT da CF)**

| <b>Receita Base R\$</b> | <b>Valor aplicado R\$</b> | <b>(%) da aplicação<br/>sobre receita base</b> | <b>(%) Limite mínimo<br/>sobre receita base</b> | <b>Situação</b> |
|-------------------------|---------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-----------------|
|-------------------------|---------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-----------------|



|               |              |       |    |         |
|---------------|--------------|-------|----|---------|
| 13.570.692,16 | 4.164.135,80 | 30,68 | 15 | Regular |
|---------------|--------------|-------|----|---------|

O Município aplicou, nas ações e nos serviços públicos de saúde, o equivalente a **30,68%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158, alínea “b” do inciso I, e § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal, nos termos do inciso III do artigo 77 do ADCT/CF, que estabelece o mínimo de **15%**.

### Repasses ao Poder Legislativo

| Receita Base 2019<br>R\$ | Valor Repassado R\$ | (%) sobre a<br>receita base | (%) Limite<br>máximo | Situação |
|--------------------------|---------------------|-----------------------------|----------------------|----------|
| 35.427.304,24            | 936.387,12          | 7,00                        | 7                    | Regular  |

O Poder Executivo repassou para o Poder Legislativo o valor de **R\$ 936.387,12** (novecentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e doze centavos), correspondente a **7%** da receita base referente ao exercício de 2019, **assegurando** assim o cumprimento do limite máximo estabelecido no art. 29-A da CF.

Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inciso III, CF).

Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 (vinte) de cada mês (art. 29-A, § 2º, inciso II, CF).

Pela análise dos autos, observa-se também que:

**Não** foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e de discussão da LOA e da LDO (art. 48, parágrafo único, da LRF).

A verificação da realização das audiências públicas para avaliação das metas fiscais referentes ao exercício de 2020 foi efetuada pela Secex de Governo por meio de Relatório de Acompanhamento e eventuais irregularidades serão objeto de Representação de Natureza Interna - RNI.

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à **disposição** dos cidadãos na Câmara Municipal, de acordo com o art. 49 da LRF.





O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 700/2022, da lavra do Procurador-geral de Contas Adjunto, Dr. William de Almeida Brito Júnior, opinou pela emissão de *parecer prévio contrário* à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Acorizal, exercício de 2020, sob a gestão do Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva, com recomendações.

Por tudo o mais que dos autos consta,

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos 31, §§ 1º e 2º, 71 e 75 da Constituição Federal, artigos 47 e 210 da Constituição do Estado de Mato Grosso, c/c o artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), artigo 29, inciso I, e artigo 176, § 3º, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo com o Parecer nº 700/2022 do Ministério Público de Contas, emite **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Acorizal, exercício de 2020, gestão do Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva, tendo exercido as funções de contador; o Sr. Luiz Rodrigo da Silva Bernardi, neste ato representado pelo Advogado Douglas de Barros Ibarra Papa (OAB/MT 26.844) e pelo Contador Luiz Mário de Barros (CRC nº 4410-MT); ressaltando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31-12-2020, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000; **recomendando** ao Poder Legislativo de Acorizal que, no julgamento das contas anuais de governo, **determine** ao atual Chefe do Poder Executivo que: **1)** observe o limite mínimo de 60%, proveniente da receita de impostos para a remuneração e valorização dos profissionais do magistério e desenvolvimento do ensino, conforme estabelecido no art. 22, I, da Lei nº 11.494/07; **2)** promova ações planejadas para evitar que as despesas superem as receitas, mantendo o equilíbrio almejado pela Lei de Responsabilidade Fiscal; **3)** atente-se ao dever de transparência na gestão fiscal quanto à realização de audiências públicas durante o processo de elaboração da LDO e LOA, bem como dê ampla divulgação a tais instrumentos, inclusive em meios eletrônicos; **4)** adote as providências para manter a suficiência financeira relativa ao pagamento de restos a pagar processados e não





processados, nas fontes respectivas, a fim de manter o equilíbrio financeiro e o comprometimento da gestão fiscal estabelecida no art. 1º, §1º, da LRF; **5)** avalie os fatores que impediram o atingimento da meta de resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais da LDO, bem como que fixe novas metas que sejam compatíveis com a nova conjuntura econômica; **6)** obedeça com rigor o equilíbrio das finanças municipais no que tange à abertura de créditos adicionais, os quais devem ser suportados por recursos existentes, conforme art. 167, II e V, da CF/88 e art. 43 da Lei nº 4.320/64; **7)** realize os procedimentos cabíveis para regularizar e repassar os valores devidos a título de contribuição previdenciária patronal e dos segurados ao RPPS; e, **8)** envide esforços para manter a regularidade com o Certificado de Regularidade Previdenciária;

Por fim, determina, no âmbito do controle interno, as seguintes medidas:

**1)** arquivamento, nesta Corte, de cópia digitalizada dos autos conforme § 2º do artigo 180 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso);

**2)** encaminhamento dos autos à Câmara Municipal, para cumprimento do disposto no § 2º do artigo 31 da Constituição Federal, dos incisos II e III do artigo 210 da Constituição do Estado e do artigo 181 da Resolução nº 14/2007 deste Tribunal; e,

**3)** abertura de Tomada de Contas Ordinária, a fim de apurar possíveis despesas ilegítimas decorrentes de pagamentos e repasses realizados com atraso, bem como ausência de repasses, referentes às contribuições previdenciárias patronais e dos servidores do exercício de 2020 (irregularidades DA05, DA07 e DB09).

Participaram da votação os Conselheiros VALTER ALBANO, Presidente em substituição legal, ANTONIO JOAQUIM, WALDIR JÚLIO TEIS e DOMINGOS NETO.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL PLENO**

Telefones: (65) 3613-7602 / 7603 / 7604

e-mail: [secretaria@tce.mt.gov.br](mailto:secretaria@tce.mt.gov.br)

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

CONSELHEIRO VALTER ALBANO  
Presidente, em substituição legal

CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO  
Relator

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR  
Procurador-geral de Contas